

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. GENERAL GIRÃO)

Requer a convocação de audiência pública sobre o tema “A Segurança da Sociedade e do Estado na Perspectiva do Centro de Governo em seu Eixo Estratégia”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para discutir o papel fundamental do Centro de Governo na segurança da sociedade e do Estado, com foco no Eixo Estratégia, com expedição de convites ao Sr. João Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União e patrono do livro “Centro de Governo – Tomo I” (Editora Fórum, 2024), e – a fim de que se indiquem representantes com conhecimento do tema - ao Ministro Chefe da Casa Civil, ao Ministro da Defesa e ao Ministro das Relações Exteriores.

JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Governo (CdG) desempenham um papel central na gestão geral do governo, alinhando as prioridades e coordenando as ações entre diferentes ministérios e níveis de governo e entre os Poderes. O fortalecimento da governança pública e da capacidade institucional é crucial para os diversos campos da política e da sociedade, inclusive para as relações exteriores e para a defesa nacional, áreas onde a coordenação estratégica e a eficiência administrativa são essenciais.



De fato, conforme o Referencial Centro de Governo de 2022¹, criado pela Casa Civil da Presidência da República no governo Bolsonaro, a Segurança da Sociedade e do Estado é um processo vital do Centro de Governo (CdG), especialmente no contexto da função Inteligência Estratégica, que por sua vez compõe o Eixo Estratégia, um dos quatro eixos que estruturam os eixos de Centro de Governo.

O Referencial define o Eixo Estratégia como um dos pilares para a formulação de políticas públicas de longo prazo, destacando a importância da Inteligência Estratégica e, dentro dela, a prospecção estratégica e a promoção da governança das ações de defesa e segurança do Estado (avaliação e gestão de riscos ao Estado e 'a sociedade). Nesse sentido, dispõe:

O grande desafio relacionado a esse processo diz respeito à necessidade de ultrapassar a atuação meramente reativa, focada na gestão e articulação das operações em caso de crise, para alcançar uma governança antecipatória. Um grande avanço para o CdG seria o robustecimento do planejamento de cenários com base na identificação e análise de riscos para o país em geral, integrando essa parte da gestão de riscos a um planejamento mais estratégico.²

Portanto, a Inteligência Estratégica no CdG envolve a prospecção e análise de dados e informações cruciais para a formulação de políticas de segurança robustas; coordenada com outras funções do CdG, como o Planejamento Estratégico e a Coordenação de Crises, essa função é essencial para identificar e avaliar riscos, permitindo ao governo planejar e implementar políticas que reforcem a resiliência e a segurança institucional contra ameaças à estabilidade institucional.

Nos últimos anos, os CdGs evoluíram significativamente na América Latina, adotando melhores práticas em áreas como segurança, infraestrutura e governança. Este processo trouxe resultados positivos,

¹ <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/comite-interministerial-de-governanca/arquivos/referencial-cdg-22-12-2022.pdf/@@download/file>

² Referencial Centro de Governo de 2022, página 33.



especialmente no fortalecimento da capacidade dos governos de responder de maneira mais eficaz e eficiente às necessidades e desafios contemporâneos. A governança antecipatória, defendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – que tem sido um parceiro crucial para diversos países na implementação de práticas avançadas – está fundada no foco no longo prazo, na proatividade e na adaptabilidade às mudanças emergentes.

Recentemente, o Sr. João Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União e embaixador da associação Rede Governança Brasil (RGB), lançou o livro "Centro de Governo", no qual aborda de forma abrangente as funções e a importância dos Centros de Governo na administração pública. A obra fornece uma visão detalhada sobre como esses processos podem ser otimizados para fortalecer a governança pública. Por isso, sua participação na audiência pública proporcionará uma oportunidade valiosa para discutir os insights e recomendações apresentados no livro.

A realização desta audiência pública permitirá que a CREDN explore como as práticas estabelecidas no Referencial Centro de Governo ou em outros marcos teóricos podem ser aplicadas para melhorar a segurança nacional.

Diante do exposto, é imprescindível que o Parlamento brasileiro atue de forma proativa para assegurar que o sistema de defesa e segurança nacional possa cumprir com seu papel de forma eficaz e efetiva, utilizando as melhores práticas de governança e coordenação promovidas pelo CdG e alinhadas aos padrões da OCDE.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2024.

General Girão
Deputado Federal – PL/RN

